

**ARQUITETURA, ESCOLA E MEMÓRIA:
O EDIFÍCIO DO LICEU DE HUMANIDADES DE CAMPOS**
Architecture, schooling and memory: the building of “Liceu de Humanidades de Campos”

Sílvia Alicia Martínez
Marcelo Carlos Gantos
Maria Amélia de Almeida Pinto Boynard*

RESUMO

Este texto trata da arquitetura e das diferentes funções de ocupação de um prédio da cidade de Campos dos Goytacazes, norte do Estado do Rio de Janeiro. Ícone da próspera economia rural do Século XIX na região, o Solar foi construído para residência de um Barão. Em 1883 foi adquirido para que nele se instalasse o Liceu de Humanidades de Campos. A instalação de uma escola secundária, pública, num Solar aristocrático nos permite estabelecer relações entre arquitetura, escola e memória social na tentativa de entender a cultura escolar que ali se forjou.

Palavras-chave: cultura escolar, arquitetura, cidade

ABSTRACT

This text is about the architecture and the different functions of a building in the City of Campos dos Goytacazes, located in the northern part of the state of Rio de Janeiro. It is an icon of the prosperous rural economy of the nineteenth century in this region. The manor house was built as the residence of a Baron. In 1883, it was acquired so that the “Liceu de Humanidades de Campos” could be established there. The functioning of a public high school in such an aristocratic building makes us establish relationships among architecture, school and social memory, in order to try to understand the school culture that was molded there.

Keywords: school culture, architecture, city

* Professores da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Contatos: silviam@uenf.br

Este texto trata da arquitetura e das diferentes funções de ocupação de um prédio da cidade de Campos dos Goytacazes, norte do Estado do Rio de Janeiro. Ícone da próspera economia rural do Século XIX na região, o Solar foi construído para residência de um Barão. Em 1883 foi adquirido para que nele se instalasse o Liceu de Humanidades de Campos (LHC). O prédio do Liceu é por nós considerado como um dos mais relevantes aspectos da cultura escolar produzida na instituição e como uma forte presença na memória social da cidade¹.



Fonte: Acervo do Liceu de Humanidade de Campos

O caso do Liceu de Humanidades na cidade de Campos dos Goytacazes pode ser considerado exemplar para justificar a afirmativa de Vinão Frago e Escolano (1998), de que a arquitetura escolar educa. E mais: educa e interfere na forma como a cidade vê a escola.

Originalmente residência do Barão e da Baronesa da Lagoa Dourada, o edifício, desde sua construção, manteve forte relação com a cidade de Campos. Atas de reuniões da Câmara Municipal apresentam pedidos do Sr. José Martins Pinheiro, o Barão, rico fazendeiro da cidade, vereador, juiz de paz, e pessoa envolvida com o processo de urbanização da cidade e com outras causas sociais — haja vista que foi agraciado, pelo Imperador, com o título nobiliárquico por ter auxiliado, financeiramente, no envio dos “Voluntários da Pátria” à guerra do Paraguai — de abertura de rua em frente ao prédio, considerado, à época, distante da área urbana central.

Mandado construir na parte mais alta da cidade, longe das enchentes que assolavam outros locais — por serem mais baixos e próximos do Rio Paraíba do Sul — o Solar foi percebido na cidade como majestosa, rica e moderna obra de arquitetura.

Como lembra Sousa (1985), os jornais noticiaram, à época da inauguração do palacete, ao som de música e dança, que “*era o mais rico edifício e o do melhor gosto que hoje se encontra na nossa cidade e seus suburbios*” (p.153). O mesmo autor comenta que ali havia se instalado um aparelho que produziria gás, o que dá provas que não tinham sido poupados esforços para dotar a residência dos mais modernos avanços tecnológicos, à época.

¹ Entendemos memória como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (Halbwachs, 1990; Pollak, 1992) e que se manifesta/encontra nas representações, comemorações, textos, instituições e outras instâncias da cultura e da sociedade.

A função “de moradia” do prédio durou pouco tempo, porém. Em 1883, após suicídio do Barão, o edifício foi levado a leilão e adquirido, pela Câmara Municipal, para ser o Liceu de Humanidades da cidade de Campos.

Antes de passarmos ao prédio, em especial, julgamos necessário abordar alguns aspectos da história da cidade.

O último quartel do século XIX esteve marcado, na planície campista, por mudanças que acompanhavam a efervescência de idéias e do ideário do contexto nacional, e alteravam, significativamente, o espaço urbano.

Elevada à categoria de cidade em 1835, a Vila de São Salvador tinha sido fundada em 1677 e esteve marcada ao longo dos séculos por economia e práticas essencialmente agrárias, principalmente a partir do cultivo da cana de açúcar.

Durante o período colonial, a Vila, que ocupava uma posição geográfica estratégica entre a região das Minas Gerais e a cidade do Rio de Janeiro, à margem direita do rio Paraíba do Sul e perto da sua desembocadura no mar, foi um importante centro urbano, a partir do qual se constituiu, inclusive, a maioria dos municípios da região norte fluminense.

Apesar da importância da cidade e das riquezas da região, o memorialista local Horacio Sousa (1985) afirmava: “*Quando houve a mudança de categoria de nossa terra, Campos se mostrava paupérrima de escolas públicas*” (p.145), com 97 alunos matriculados no Ensino Mútuo, 110 nas Primeiras Letras, 41 no Colégio de Meninas, 20 alunos no Colégio de Meninos e 12 matriculados em Gramática Latina no ano de 1832.

No final dos oitocentos essa realidade principiou a se transformar. Um novo contingente humano, formado por comerciantes, industriais, profissionais liberais, funcionários públicos e intelectuais, com forte inserção na Maçonaria, começou a se interpor entre as oligarquias e o povo campista, exigindo mudanças que envolviam a instrução pública.

Em 22 de novembro de 1880 foi criado o Liceu de Humanidades de Campos, pelo Decreto Estadual N° 2503. Seu regulamento foi aprovado em 21 de outubro de 1881, sendo Presidente da Assembléia Legislativa Provincial João Marcellino de Souza Gonzaga. Nesse mesmo ano, foram autorizados os concursos para os professores das “cadeiras” criadas, muitas das quais demoraram alguns anos para serem preenchidas, por falta de candidatos. As causas alegadas se sintetizavam no rigor do regulamento e no “*pequeno vencimento destinado aos professores*” (Relatório do Presidente da Província, 1884, p.12).

Se a criação do Liceu houvera sido uma vitória política, a luta pela sua instalação deveria continuar por um bom tempo e mobilizaria considerável fração da intelectualidade e dos mais abastados da cidade, que entendiam a importância do educandário para a região. Assim, segundo relato de Sousa (op. cit.),

“em novembro (de 1883) já estavam angariados 14 contos para a aquisição do prédio. Uma comissão nomeada para escolher o edifício, composta do Dr. Manoel Francisco de Oliveira, Dr. Manoel Rodrigues Peixoto e comendador Antonio Manoel da Costa, preferiu o do então falecido Barão da Lagoa Dourada, sendo arrematado em praça do espólio, em 12 de dezembro, pela quantia de 25 contos. Para logo, o Presidente da Província, José Godoy e Vasconcellos, em vista da doação feita pela Câmara Municipal de Campos, doação essa aprovada em sessão de 28 de dezembro, mandou fazer a necessária instalação” (p.154).

Enfim, em 1884, o Liceu começou a funcionar num prédio cuidadosamente escolhido para representar a importância que a educação escolar passava a ter no novo projeto de país — republicano — que seria vitorioso apenas quatro anos mais tarde. Importante ressaltar a influência de Campos na luta pela abolição do sistema escravocrata e do regime imperial no Brasil.

O Liceu foi instalado no dia 1° de março, sendo seu diretor Candido de Lacerda, professor

efetivo de Filosofia. Entretanto, já no mês de agosto do mesmo ano, o Presidente da Província, Godoy e Vasconcellos, observou que o LHC não estaria funcionando plenamente, por falta de nomeação dos professores concursados. Diversos foram os momentos em que o Liceu enfrentou dificuldades para se manter em funcionamento, dadas a fragilidade das políticas públicas no setor educacional.

Ainda assim, como lembra Fagundes (2004), para uma significativa parcela da população de Campos, a criação e a permanência do Liceu colaboraram para reafirmar a cidade como uma das mais avançadas e modernas do Brasil. Desse modo, apesar de manter por longas décadas o mesmo conservadorismo de uma região controlada pela aristocracia açucareira e latifundiária, esse impulso no campo educacional colocou Campos entre as cidades pólo em matéria de educação no país.

Também Carneiro (1999) afirma que, desde sua origem, a fundação do Liceu representou um elemento significativo e singular na construção da imagem da cidade de Campos como um dos municípios de maior relevância, no Estado e no país, que se somou ao orgulho de publicar o terceiro jornal mais antigo do Brasil ainda em circulação, o “Monitor Campista”, e de ter sido a primeira cidade da América do Sul a ser iluminada por luz elétrica.

Consideramos, ademais, que a localização de uma escola secundária do porte do Liceu — equiparado ao Colégio Pedro II em 1901 e único do tipo no interior do Estado durante o fechamento do Liceu de Niterói — num prédio aristocrático foi um marco na urbanização da cidade de Campos, pois se constituiu em símbolo do “moderno” em área da cidade distante da Câmara, da Matriz de São Salvador e do grande comércio. Mais dados sobre esse assunto serão enfocados adiante.

Desde 2002, o Liceu de Humanidades de Campos é objeto de estudo de grupo de pesquisa da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), do período de sua criação até o ano de 1970, antes da implantação da Lei 5692/71, legislação que alterou profundamente as características do ensino secundário. Em 2005 essa investigação passou a integrar o projeto de pesquisa interinstitucional “Tempo de Cidade, Lugar de Escola: um estudo comparativo sobre a cultura escolar de escolas exemplares constituídas no processo de urbanização e modernização das cidades brasileiras (1880-1970)”, que tem a participação de pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e da Universidade Anchieta (UNIANCHIETA/SP).

O prédio do Liceu de Humanidades de Campos: primeiras abordagens sobre cultura escolar

Respaldados nos estudos da história cultural, tendo como base os trabalhos que buscam compreender a cultura escolar (JULIA, 2001) e a história das instituições educacionais (MAGALHÃES, 1998, 1999), e entendendo a arquitetura como “programa” invisível que educa e forma, ou ajuda a formar subjetividades (ESCOLANO e VINÃO FRAGO, 1998), no texto se discute, basicamente, a relação estabelecida entre o Liceu e a cidade de Campos, tendo escolhido para essa análise apenas *um* dos elementos constitutivos da cultura da instituição, o *prédio*.

Após analisar o prédio como “*constructo cultural que expressa e reflete, para além de sua materialidade, determinados discursos*” (ESCOLANO, 1998, p.19), se analisa sua localização na cidade e sua relação com a mesma. O mesmo autor entende que “*não apenas o espaço-escola, mas também sua localização, a disposição dele na trama urbana dos povoados e cidades, tem de ser examinada como um elemento curricular*”.

A seguir, discute-se a distribuição espacial institucional interna. Os espaços-lugares (VINÃO, 2005) destinados à Congregação, aos rituais de formatura (como o *Salão Nobre*) e às salas de aula refletem a concepção que se tem sobre a natureza, o papel e as funções desempenhadas pelos diferentes atores educacionais. Analisa-se, também, nesse sentido, a distribuição efetuada com

outras instituições que coabitaram no recinto de 1895 a 1954 (Escola Normal de Campos) e de 1916 a 1932 (Escola Modelo “Seis de Março”), assim como a construção de dois prédios escolares anexos ao Solar, nas décadas de 1960 e 1990.

Didaticamente, portanto, a análise se fará tendo como foco o prédio em sua função original de residência, como escola em diferentes épocas — em relação com a cidade e com o processo de escolarização — e com a nova função que parece lhe ter sido atribuída — a de Centro Cultural.

1. De solar familiar a instituição educativa: aquisição, ocupação e primeiros reparos do prédio do Liceu de Humanidades de Campos

Um dos elementos que consideramos fundamentais ao estudar a história da instituição é a mudança de *função* de prédio, de solar familiar para instituição educacional, nos últimos anos do período monárquico, mudança que não é isenta de significados. Ela representa a decadência de um ciclo sob o domínio dos “senhores, barões e sinhozinhos” e o início de outro, marcado pela ressignificação da cidade letrada (RAMA, 1985), com novos grupos — intelectuais, comerciantes, investidores, industriais, profissionais liberais, altos funcionários públicos — aspirantes a aceder ao domínio da palavra escrita, que foram mudando a estrutura social da cidade (FARIA, 2001).

Em matéria de instrução, se por um lado, o final do século XIX se caracteriza na Província e, posteriormente, no Estado do Rio de Janeiro, pela confiança nas mudanças sociais produzidas pela educação, por outro está marcado pelos baixos investimentos econômicos. Com a instalação do Liceu não foi diferente.

Em 1885, com 57 alunos matriculados, mas sem verba adjudicada pela lei de orçamento que garantisse a continuidade da instituição, as aulas não foram interrompidas graças ao corpo docente e administrativo, que deu prosseguimento aos trabalhos mesmo sem vencimentos.

A mudança de função do prédio, por outro lado, implicava em modificações que o configurassem como educandário, ou seja, de prédio familiar deveria ser adaptado às novas funções. Algumas dessas modificações, não muitas, aconteceriam logo nos primeiros anos. No ano de 1886, por exemplo, foram mandadas construir “*latrinas para os alunos e reparos das destinadas aos professores*” (Relatório do Presidente da Província, 1886, p. 33). Outras iriam ocorrer posteriormente, com a criação da Escola Normal e da Escola Modelo e com a expansão da escolarização pública a partir dos anos 1960, o que será abordado adiante.

Finalmente, torna-se necessário destacar, também, que uma das características mais marcantes em matéria educacional no Estado do Rio de Janeiro, característica que iria perdurar por longas décadas após a instauração da República, foi a ausência de uma política de construção de prédios escolares, ou seja, edifícios próprios para a instrução, como acontecera no período republicano em outros estados, como por exemplo São Paulo e Minas Gerais.

Como afirma Correia (2005),

“Entender a arquitetura escolar como símbolo de uma época histórica e reveladora de programas de um período político é de suma importância para os estudos da História da Educação e da Arquitetura assim como é indispensável a análise dos espaços educacionais diferenciados, que vão desde os antigos seminários eclesiásticos até as arquiteturas mais modernas, traduzindo os valores e a percepção da cultura nos diversos momentos da história” (p. 221).

2. O Liceu e sua relação com a cidade: templo do saber

O ansiado Regulamento que reorganizaria o Liceu chegou em 28 de janeiro de 1887, tendo sido nomeado diretor Homero Moretzohn. No seu primeiro Relatório encaminhado à Diretoria

da Instrução em 10 de junho desse mesmo ano, vemos que o diretor não estava satisfeito com a localização do prédio no espaço urbano:

“A ideia de collocar o Lyceô no edificio que pertenceu ao finado Sr. Barão da Lagoa Dourada, edificio que fica situado quasi a meio kilometro ou mais do extremo leste da cidade, foi infeliz. Devia de ter ocorrido á mente de quem teve essa ideia, logo que ela se gerou, a consequencia que della se deduzia, isto é, devia ter surgido no cerebro de quem ideou installar o Lyceo no local em que se acha situado, a previsão de que, em tal distancia, o Liceo não preencheria nunca os fins para que foi creado.

Si se tratasse de uma escola em que os alumnos pagassem a matricula nenhuma objecção se poderia fazer quanto á distancia do local escolhido, por isso que os pais que tenbam posses para pagar a matricula dos seus filhos, tel-as-iam com maior razão, para pagar o transporte destes até o edificio da escola.

Tratando-se, porém, de fundar um curso de humanidades, tendo principalmente em vista a infancia desvalida, desamparada ou pobre, no intuito perfeitamente louvavel de ministrar á essas crianças a solida base sobre a qual se pudesse desenvolver e dilatar a sua intelligencia, robustecer o seu cerebro e formar-se para o bem o seu espirito, foi um erro, e erro crasso, a installação do Lyceô em um extremo da cidade, distancia que parece antes uma prohibição do que um incentivo ao estudo. Com effeito, só uma dedicação extraordinaria aos estudos, só um desejo, por assim dizer, innato de aprender, conseguirão de um menino o sacrificio de andar a pé um kilometro por dia, sob a acção de um sol tropical, sob as tempestades de chuva e vento, e atravessando extensos e medonhos lodações.

Esta dedicação é a excepção e não a regra, e não poderia nunca ter servido de argumento em favor da ideia de se collocar o Lyceô no meio de um deserto (...).

Já fiz sentir á câmara municipal, a quem pertence o edificio onde está installado o Lyceô, em officio que lhe dirigi com data de 31 de maio findo, a grande conveniencia que haveria na transferencia do Lyceô para o predio em que essa corporação celebra as suas sessões. Tenho toda a certeza de que o numero de alumnos matriculados triplicaria e que a frequencia delles seria muito mais regular do que é...” (1887, p.4, sublinhado nosso).

Desta longa citação podemos extrair várias informações que denotam a relação, aos olhos do diretor, do Liceu com a cidade. Uma delas é, como já antecipamos, a localização da escola no entramado urbano.

O que aos olhos do diretor pode ser visto como empecilho e “longa” distância, hoje pode ser entendido como uma estratégia de expansão da cidade para o leste, constituindo-se num dos primeiros alargamentos urbanos realizados. Bom é lembrar que o próprio Barão tinha solicitado à Câmara Municipal, no início das obras de construção do solar, o alinhamento e prolongamento de ruas, inclusive ao redor da praça que já estava demarcada no terreno da chácara que lhe pertencia (SOUSA, op. cit).

Refletindo a partir de Viñao (2004), sentimos necessidade de entender a diferenciação entre espaço e lugar. Segundo suas próprias palavras,

“a constituição do espaço como lugar é o resultado de sua ocupação e utilização pelo ser humano. O espaço se projeta, se vê ou se imagina, o lugar se constrói. É, pois, uma construção realizada a partir do espaço como suporte sempre disponível para converter-se em lugar, para ser construído, utilizado (...) Nesse sentido, a instituição escolar ocupa um espaço que se torna, por isso, lugar” (p. 17).

Observa-se, pois, que a expansão da cidade dos anos finais do século XIX representou a ocupação de um “novo espaço” e a criação de um “lugar nobre”, com uma charmosa praça, ao redor e próximo da qual vieram a se construir imponentes solares residenciais, grandes escolas particulares e também o monumental prédio do Fórum. Esse lugar nobre seria re-criado, a partir da criação e permanência do Liceu.

Outra problemática abordada diz respeito à clientela que freqüentava a escola, jovens pobres, aos olhos do diretor. Seria justamente a falta de dinheiro dos alunos que os impediria aceder a meio de transporte coletivo ou particular. Talvez essa constatação tenha levado à criação do internato que, segundo fontes localizadas no Arquivo Histórico do LHC, parece ter funcionado, temporariamente, na instituição, o que era prática muito comum, à época.

As condições climáticas da cidade também são mencionadas no discurso do gestor, refletindo conhecer alguns cuidados tomados, à época, seguindo conceitos “científicos”. Os preceitos higiênicos de então concebiam a cidade como lugar que deveria ser livre de doenças e de desorganização, com saúde garantida por obras de saneamento que excluiriam tudo que significasse doença, física ou social.

Para Veiga, ao analisar a cidade de Belo Horizonte (1997),

“combinar o progresso material com o progresso das mentes produziu aproximações entre as práticas urbanas e as práticas escolares numa dupla direção: as representações da educação presentes tanto nas práticas urbanas como também nas escolares, com os propósitos de constituírem um novo sujeito social a ser educado para as práticas da civilidade” (p. 104).

É bom lembrar que apenas quatorze anos depois da elaboração do relatório do diretor do Liceu, o Engenheiro Saturnino de Brito foi contratado para dar início a um projeto de saneamento geral para Campos, marcado pela racionalidade técnica e econômica e provocando *“uma nova leitura da cidade como organismo vivo em crescimento e como objeto de intervenção”* (FARIA, 2003, p. 7). Esse fato nos faz concluir que o discurso do Sr. Moretzohn não era fato isolado, mas representava uma preocupação política e social de alguns campistas.

Contudo, retomando o caso do Liceu, e sem saber ao certo, ainda, se a partir apenas dos enfáticos apelos do diretor — bom é lembrar que naquele tempo ser diretor de um estabelecimento de ensino do porte do Liceu significava assumir um status social comparável ao de Presidente da Câmara, Juiz ou Delegado (SOUZA, 1998) — o fato é que a mudança do prédio da escola chegou a acontecer, embora posterior e temporariamente.

Esta mudança é lembrada, ironicamente, por Sousa (1985), ao observar a saúde e a alegria dos jovens indo e voltando do Liceu pelas ruas da cidade, na década de 1930.

“Quem assista hoje, aqueles batalhões de jovens cheios de garradice, subindo ou descendo a rua Dr. Alberto Torres e outras tantas que dão acesso ao antigo outeiro do Barão da Lagoa Dourada, satisfeitos e ricos de bom humor, seguindo para as aulas ou voltando delas, sem denunciarem no ânimo ou nos semblantes, a menor fadiga, não pode deixar de sorrir ao ler aquela reclamação e alvitre contida no ofício do diretor do Liceu, no ano de 1887 (...). A comissão de instrução deu parecer desfavorável, em sessão de 15 de julho, porém mais tarde, três anos após, em abril de 1890, instalaram a Intendência Municipal no casarão ao alto do Pinheiro e o Liceu no casarão da Praça S. Salvador, o que aliás também foi de pouca duração, porque estando a revolução de dezembro de 1892 foi logo feita a contradança, voltando os pares aos seus primitivos lugares” (p. 155).

Ao longo dos anos, o Liceu de Humanidades de Campos passou a significar — e o continuou fazendo por muitas décadas — um símbolo de prestígio e distinção, por ser a segunda instituição de ensino secundário da Província, visto que apenas em Niterói existia uma instituição similar (FAGUNDES, 2004; MARTINEZ; BOYNARD, 2004).

Esse prestígio ficou reforçado ainda nas suas origens, por motivo da Reforma da Instrução de 1900. Esta reforma extinguiu o Liceu de Niterói — temporariamente — e o recém-criado Liceu de Barra Mansa — definitivamente — perdurando apenas um Liceu em todo o Estado do

Rio de Janeiro, o Liceu de Humanidades de Campos. Ainda em 1901 o Liceu foi equiparado ao Colégio Pedro II, padrão nacional do ensino secundário da capital federal.

Orgulho, prestígio e distinção que são caros à Congregação, aos alunos, mas, talvez, *sobretudo*, ao prédio, que na sua monumentalidade foi visto por longas gerações como “templo do saber”.

A analogia do Liceu com um templo aparece na memória escolar do jornalista campista Oswaldo Lima, numa obra autobiográfica denominada “Bairro do Caju”, e faz referência aos anos de 1930: “O Liceu de então era muito mais austero que o de hoje. (...) O Liceu para mim era um templo. E aqueles homens, que eu via pela primeira vez de perto, seriam os seus sacerdotes” (LIMA, 1980, p.237).

3. O prédio e suas diferentes funções

3.1. Do fim do Século XIX a meados do XX : a convivência de três escolas

Uma vez instaurada a República, no ano de 1894, pela Lei 164, de 26 de novembro, foi criada a Escola Normal de Campos (ENC), que passou a se constituir, ao longo de sessenta anos, na segunda instituição pública e oficial de formação de professores do Estado do Rio de Janeiro.

Desde sua criação, a ENC se instalou no prédio do Liceu de Humanidades de Campos. Entretanto, talvez a falta do orçamento necessário tivesse feito com que as obras para acomodá-la estivessem prontas somente três anos depois. Assim, no ano de 1897, as aulas da ENC começaram a funcionar no “térreo” do Liceu, aonde permaneceram por quase seis décadas.

Em trabalho anterior, uma das principais indagações que fizemos, ao tentar entender o cotidiano das duas escolas, se referia à distribuição do espaço escolar e às relações —constituintes da cultura escolar — que nele se estabeleciam. Como funcionavam ambas as escolas? Junta-vam-se rapazes e moças nas salas de aula? E nos recreios? E ao redor da escola, no Jardim? Todos entravam e saíam no mesmo horário, pelos mesmos portões? Existiam relações de conflito entre os alunos de ambas as escolas? Que normas eram transmitidas pelos professores e diretores? (MARTINEZ e BOYNARD, 2004).

Em relatório do Diretor do Liceu e da Escola Normal ao Secretário do Interior, encontrado recentemente, algumas das perguntas obtiveram resposta, a partir da descrição das adaptações necessárias para o bom funcionamento das escolas:

“... as dependencias terreas do predio do Lyceu, formam um grande quadrado com uma area central onde vao ser as portas e janellas destas aulas. Estas dependencias foram transformadas em onze espaçosas salas, satisfazendo a todas as condições hygienicas, tendo cada uma dellas a metragem de 7,70 x 8,77. Na ala esquerda funcionam na 1ª sala as aulas de portuguez e francez; na 2ª as de arithmetica e algebra; na 3ª as de calligraphia e desenho; na 4ª as de costura e musica. Na ala direita são sevidas na 1ª sala as aulas de geographia e historia; na 2ª as de physica, chimica e historia natural; na 3ª está o gabinete de physica, cujos aparelhos estão cuidadosamente guardados em dous grandes armarios elegantemente construidos nas officinas de marcenaria de Ultra & Rangel, d’esta cidade; na 4ª está montada a mesa de Wurtz com os accessorios ás lições experimentaes de chimica, assim como a estufa de capella. As aulas de ciencias phisicas e naturaes e o respectivo gabinete são tambem frequentados pelos alumnos do Lyceu em dias diferentes, dando acesso a estas aulas uma entrada independente pelo lado externo do edificio. O quadrado formado pelas duas alas é fechado na parte posterior por três salas que são destinadas ás escolas de applicação, tendo a do sexo masculino a metragem de 5,80 x 8,70, a do sexo feminino 5,90 x 8,70, e a de entrada 6,40 x 5,40. Dá ingresso aos alumnos para a Escola Normal o grande portão do lado esquerdo contíguo ao corpo central do edificio do Lyceu, em cujo pavimento inferior estão as salas de espera das alumnas, a da toilette e uma outra onde estão installadas duas latrinas do systema «Unitas», observadas no seu assentamento todas as condições exigidas pela hygiene. As escolas de applicação são também servidas por duas

latrinas do mesmo systema. Pela sua collocação e distribuição, pôde-se dizer que as aulas da Escola Normal estão completamente separadas das do Lyceu, evitando-se assim a convivência entre os alumnos dos dous institutos” (1897, p. 82).

Através desta rica e ampla descrição realizada pelo diretor podem se conhecer as obras empreendidas, não só para instalar a ENC e seu colégio de aplicação — que realmente sairia do papel, como Escola Modelo Seis de Março, apenas em 1916 — mas também para separar completamente as dependências da ENC e as do Liceu, ou seja, para delimitar os espaços, seguindo os preceitos morais da época, afastando homens e mulheres, meninos e meninas...

A descrição permite observar também parte da cultura escolar da instituição, que talvez seguisse uma prática corriqueira à época — final do século XIX — mas que hoje não deixa de chamar nossa atenção: as salas de aula serviam a determinadas disciplinas e eram as alunas que circulavam por elas, não ao contrário.

Os gabinetes de Física e Química — que também deveriam servir ao Liceu — tinham se constituído em condição indispensável para a instalação da escola, tendo sido equipados com armários, utensílios, reagentes e outros materiais específicos para a experimentação, dando mostras da importância adjudicada à época, às ciências naturais (MARTINEZ, 2005).

A extensa descrição do espaço físico destinado à ENC nas suas origens parece se esgotar na pena do Diretor da Instituição. Entretanto, o olhar inquisidor do pesquisador deve mergulhar, também, nos *não ditos*, nos silêncios, nas omissões. Ao descrever o espaço “térreo” do Liceu, ou melhor, ao omitir a função que outrora tivesse tornado esse *espaço* como *lugar*, o Diretor não explicitou que as dependências da Escola Normal tinham se estabelecido aonde parece ter funcionado a *antiga senzala do Solar*.

Vale a pena, então, reproduzir um trecho daquele trabalho anterior, elaborado principalmente a partir de muitas suspeitas e de depoimentos orais, e que hoje podemos, a partir do relato do diretor, confirmar:

“Na medida em que fomos colhendo os depoimentos orais, as respostas aos nossos interrogantes foram se elucidando. A distribuição espacial foi tomando contornos mais definidos e assim, podemos entendê-la melhor: às mulheres era reservada a entrada pelo lado esquerdo do prédio da escola. Aos homens, pelo direito. Aos secundaristas do Liceu, o prédio principal, o sobrado; às normalistas, o prédio que ficava atrás da “casa-grande”, a antiga senzala” (MARTINEZ;BOYNARD, 2004, p. 9).

O período inicial da história da Escola Normal ainda sofria os vestígios do “ciclo do açúcar”. Saindo das fazendas e indo para os sobrados na cidade, a mulher tinha que se moldar aos “bons costumes”, àquela moral civilizada e ordeira que a escola tinha por missão difundir. Nessa mudança, embora às mulheres da “Casa-grande” já tivesse sido permitido extrapolar o espaço privado do lar e freqüentar a escola, espaço público, seu *“inato instinto maternal”* apregoado à época, *“determinado”* ao cuidado e à educação de crianças, tinha-lhes destinado apenas um tipo de escola: a normal.

Através do contato com ex-alunas da Escola Normal foi possível observar que elas nunca questionaram o espaço que lhes era determinado na distribuição das salas de aula. Analisando o “ambiente” escolar como um “programa” invisível que educa e colabora na constituição de identidades (VIÑAO FRAGO, 1998), argumentamos que estudar em área menos nobre do prédio era considerado fato natural pelas moças normalistas.

Os estudos que analisam os espaços educativos consideram a arquitetura escolar como um programa, *“uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos”* (ESCOLANO, 1998, p. 26).

Esta situação de distribuição espacial viria sofrer uma mudança substancial nos anos de 1930, especificamente após a Reforma do Ensino Secundário de Francisco Campos. Esta reforma modificou o ingresso ao Ensino Secundário e Normal, instaurando cinco anos de ginásio obrigatório como condição prévia indispensável. Foi a partir de então que todos e todas, normalistas e liceístas, passariam a freqüentar as instalações do Solar, indistintamente do sexo. O Curso Normal, então transformado em Curso de Especialização e Aperfeiçoamento, de apenas um ano de duração, continuaria funcionando na parte posterior do prédio (MARTINEZ, op. cit). A Escola Modelo Seis de Março — que ocupava as duas últimas salas da Escola Normal — saiu do prédio, em 1932, transformada por Decreto, no Grupo Escolar João Pessoa (BOYNARD, 2006).

Em 1954, a convivência entre a ENC e o Liceu se encerrou a partir da Lei Nº 2.146 de 12 de maio, deixando a Escola Normal seu espaço *anexo* ao Liceu, em 1955.

Ao longo da sua história, o Liceu constituiu o cenário onde se desenvolveram os mais variados cursos, de longa ou curta duração. Além das escolas Normal e Modelo, funcionou nesse espaço uma Faculdade de Direito. Nas suas memórias, Pascoal Lemme se lembra de que fôra naquele prédio que havia ministrado, como inspetor de ensino, curso para futuras professoras de Jardim de Infância.

3.2. A partir de 1955: os “Pavilhões” anexos/o Centro Cultural

Após a saída da Escola Normal de Campos do espaço do Liceu, em 1955, para constituir o Instituto de Educação de Campos, o prédio passou a ser usado somente pelos alunos do curso secundário, aí incluídos o Clássico e o Científico, em dada época.

A política de valorização do ensino secundário possibilitou a expansão das matrículas e fez necessária a construção de um prédio anexo, do lado esquerdo do Solar, na década de 1960. Esse prédio, que em nada respeitou o elegante estilo neoclássico da antiga residência do Barão da Lagoa Dourada, foi denominado “Pavilhão João Tavares da Hora”, em homenagem a estimado professor e diretor do Liceu.

Em meados da década de 1990 uma nova política estadual foi aventada: ocupar o Solar como um Centro Cultural ligado à Secretaria Estadual de Cultura. Foi iniciada, então, uma ampla restauração do edifício, ao mesmo tempo em que outro anexo, o “Pavilhão Yvan Senra Pessanha”, homenagem a um ex-aluno, era construído na parte dos fundos, à direita.



Fachada lateral do Pavilhão “João da Hora”



Fachada do Pavilhão Yvan Senra Pessanha

A valorização histórica do prédio do Solar, com cuidadosa restauração, acabou provocando uma nova mudança de função do prédio original. Para ele, o governo do Estado do Rio de Janeiro destinou a função de ser um Centro Cultural. Por isso, não há mais aulas no Solar. Os estudantes foram distribuídos entre as salas de aula da “Senzala” e as dos Pavilhões anexos. No Solar funcionam apenas a Sala da Direção e a Biblioteca (no térreo) e o Arquivo Histórico do LHC, no segundo pavimento.

Os en(cantos) do Solar — o Salão Nobre, a Escadaria, o Mirante, a Sala de Jantar — retomaram as funções primeiras. São admirados pelos visitantes como elementos de um rico casarão.

A respeito, diz-nos Fagundes:

“Logo na entrada do primeiro pavimento chamam a atenção dois grandes e imponentes portões de ferro que dão acesso às escadarias que levam para o segundo andar. Subindo todas as escadarias chega-se ao ponto mais alto da residência: o mirante. Ao descer do mirante chega-se à Sala de Jantar. Esse cômodo especial do palacete está localizado no segundo andar, do lado oposto da entrada, de frente para o Salão Nobre. Ao sair da Sala de Jantar caminham alguns passos até chegar em frente às portas que dão acesso ao Salão Nobre [...]. No centro do Salão se destaca um imenso lustre de cristal; nas paredes existem espelhos de quase dois metros de altura e com molduras pintadas a ouro [...]. No teto do Salão estão gravadas, também com ouro, as iniciais JM, de José Martins, nome de batismo do Barão” (2004, p. 1-2).

O olhar desse pesquisador, que conheceu o prédio após a restauração, contrasta com as lembranças que foram conservadas pelos liceístas. Cada um daqueles recintos descritos quando o prédio havia recuperado sua função original está impregnado de histórias do tempo do Liceu, de aulas e professores, das transgressões juvenis, dos bailes de formatura — histórias tantas, de certa forma, eternizadas em placas de mármore, no hall central de entrada, em forma de memória — monumento.

Considerações finais

Chegando ao final deste trabalho, algumas considerações podem ser elaboradas. A relação estabelecida entre o Liceu de Humanidades de Campos e o prédio que o acolheu, o Solar, pode ser entendida como um traço *determinante* da sua cultura escolar, presente desde as origens.

Num claro processo de “modernização da cidade letrada”, no qual, sob “*o império da letra*”, se introduziriam na sociedade “*novos grupos sociais*” (RAMA, 1985, p. 76), a compra do prédio — para a qual colaboraram não só a Câmara Municipal e os intelectuais da época, mas também, através de donativos, pessoas ditas comuns — imprimiu uma marca distintiva existente até hoje. Comparando-a com as políticas relativas à ocupação de prédios escolares por parte da Província ou, posteriormente, do Estado do Rio de Janeiro, vemos que, até bem entrado o século XX, enquanto o Liceu possuía um prédio próprio, o restante das escolas desenvolvia suas atividades em prédios alugados.

A mudança da função de prédio, de solar familiar a instituição educativa é uma característica que não pode ser negligenciada, principalmente porque é um vestígio das políticas educacionais da época. Ainda, essa mudança de função de prédio não se constituiu em fato isolado na cidade, tendo os antigos casarões da época do Império se transformado para albergar novos ocupantes e usos nos limiares do século XX: o Solar do Visconde de Araruama tornou-se Câmara Municipal e o Solar do Comendador Paraíba, o Hotel Gaspar (FARIA, 2001). Mudanças essas que não estavam desvinculadas das transformações pelas quais atravessava a sociedade brasileira, decorrentes de um novo projeto modernizador.

Ao estudar a distribuição interna da instituição na relação original estabelecida principalmente com a Escola Normal, o exame empreendido permite entender o prédio como espaço

segmentado, cuja ocupação refletia o papel que a mulher ocupou na sociedade brasileira até entrado o século XX, neste caso, até pelo menos o ano de 1930. Se ao Liceu era destinado o luxuoso sobrado, à Escola Normal e à Escola Modelo Seis de Março eram destinadas salas na parte dos fundos do Solar, talvez sua antiga “Senzala”. Após 1931, com a operacionalização da Lei “Francisco Campos”, as diferenciações de gênero em relação à ocupação do espaço foram desaparecendo, ao tornarem-se todos, rapazes e moças, liceístas.

Numa nova passagem de século, iniciando o século XXI, é possível observar um novo câmbio na função do prédio que foi restaurado, recuperando as histórias perdidas do seu passado nobre. Esperamos, entretanto, que esta lembrança não acabe provocando um novo esquecimento, o da história do Liceu de Humanidades de Campos. Dizemos “novo” porque já houve outros; consideramos que a forte paixão suscitada pelo orgulho de ser liceísta, as comemorações anuais pelo aniversário “do Liceu”, as publicações “sobre o Liceu” podem ter contribuído para o apagamento de outras memórias, a da Escola Normal e a da Escola Modelo.

Cabe a nós, historiadores da educação e aos sempre liceístas — nunca ex-liceístas — que têm cumprido uma importante função de guardiãs da memória, evitar que isto aconteça. É preciso que se relembre, àqueles jovens que hoje estudam nos dois “Pavilhões” anexos, que se admiram com a riqueza dos cômodos do Solar, a função de escola que ele teve durante cento e vinte anos.

Por último, no incipiente trabalho de analisar as representações elaboradas “pela cidade” acerca da instituição, ratificamos a idéia de que o Liceu foi de fundamental importância na cidade, tendo construído sua identidade vinculada à escola.

Além de desvendar a cultura escolar do Liceu de Humanidades de Campos através do estudo do seu prédio, que possibilita compreender também o “lugar da escola no tempo da cidade” (PESSANHA; GATTI JR., 2004), este trabalho pretende contribuir, junto com outros já elaborados pelo grupo de pesquisa, para a compreensão da história das políticas de construção de edifícios escolares do Estado do Rio de Janeiro.

Para encerrar, reproduzimos as palavras de Coelho Neto, registradas no Livro de Visitas do Liceu, em 5 de julho de 1908, representativas, elas mesmas, do significado da mudança da função do prédio e da mudança da sociedade:

“É a mais grata impressão que levo do estabelecimento, solar de um antigo senhor, hoje seminário fecundo. Depois de sementeiro da terra, o sementeiro das almas. Prefiro a última lavoura”.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Nilton M. de; SILVA, Osório P. *História do Liceu de Humanidades de Campos 1880/1980*. Campos: Editora Planície Ltda, 1980.
- BOYNARD, M. A. A. P. *A Escola Modelo anexa à Escola Normal de Campos: o caso da “Seis de Março” (1916-1932)*. Rio de Janeiro: UFF, 2006 (Dissertação de Mestrado).
- CARNEIRO, Juliana. *O Despertar de Nina Arneira: da disputa de memória à construção do mito*. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2002.
- CORREIA, A. P. Arquitetura escolar: a cidade e a escola rumo ao progresso – Colégio Estadual do Paraná (1943-1953). In: BENCOSTA, M. L. A. (org.) *História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.
- ESCOLANO, A. El espacio escolar como escenario y como representación. *Teias*, Revista da Faculdade de Educação/UERJ – Rio de Janeiro, n.1, jun. 2000.

FAGUNDES, P. E. *A reconstrução da nacionalidade: uma análise do Liceu de Humanidades de Campos – RJ (1931-1942)*. Campos: UENF, 2004 (Dissertação de Mestrado).

FARIA, T. de J. Peixoto. “Projeto de modernização e mudança da morfologia social e urbana de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, nos anos 1870-1880”. *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR – RJ* – junho 2001.

_____. Apresentação. In: *Anais do Seminário Saturnino de Brito*, UENF, outubro de 2003.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

JULIA, D. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. SBHE, Campinas: Autores Associados, No. 1, jan/junho, 2001.

LEMME, P. *Memórias*. São Paulo: Cortez; Brasília: INEP, 1988.

LIMA, O. de A. *Bairro do Caju*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra Ltda, 1980

MAGALHÃES, J. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 1998.

_____. Contributo para a História das Instituições Educativas – Entre a memória e o arquivo. In: FERNANDES, R.; MAGALHÃES, J. *Para a História do Ensino Liceal em Portugal*. Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895). Universidade de Minho, Braga, 1999.

MARTÍNEZ, S. A. *A Escola Normal de Campos – Uma trajetória no Magistério Fluminense*. Relatório de Pesquisa, Faperj, 2004.

MARTINEZ, S.; BOYNARD, M.A. Memórias de 1955: O (re)nascer do Instituto de Educação de Campos. In: Gantos, M. (org.). *Campos em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2004.

_____. Atrás da Casa-Grande: memória, gênero e espaço escolar da Escola Normal de Campos (1894-1954). *Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação: Educação escolar em perspectiva histórica*. Curitiba, 2004 (CDRom).

PESSANHA, E.; GATTI, D. (coord.) *Tempo de cidade, lugar de escola: um estudo comparativo sobre a cultura escolar de escolas exemplares constituídas no processo de urbanização e modernização das cidades brasileiras (1880-1970)*. Projeto de pesquisa, CNPq, 2004.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social (M. Augras, Trad.). *Estudos Históricos*, 5 (10), 200-212.

RAMA, Angel. *A cidade das Letras*. Trad. Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOUSA, H. *Ciclo Áureo*. História do primeiro centenário de Campos (1835-1935). Campos: Damadá Artes Gráficas, 1985, 2ª ed.

SOUZA, R. *Templos de civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo*. São Paulo: UNESP, 1998.

VEIGA, C. G. Projetos urbanos e projetos escolares: aproximação na produção de representações de educação em fins do séc. XIX. *Educação em Revista*. N. 26, 103-112. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

VIÑAO, A. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTA, M. L. A. (org.). *História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.

VINHO FRAGO, A.; ESCOLANO, A. *Currículo, espaço e subjetividade. A arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1998.

Fontes Primárias – Documentos Escritos

ALERJ – Estado do Rio de Janeiro – Coleção de Leis e Decretos

ERJ – Relatórios do Governo do Estado

Arquivo Histórico do Liceu de Humanidades de Campos – Documentos variados